



Conselho Nacional de Justiça

Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura *Grupo de trabalho de unificação das versões do PJe -* MEMÓRIA DE REUNIÃO

Data e local:

4 de junho de 2014, 10h-12h
CNJ, Sala de Reuniões I da Presidência.

Presenças CNJ:

SAULO CASALI BAHIA	Conselheiro/CNJ, Presidente da Comissão/CTI
RUBENS CURADO	Conselheiro/CNJ, Membro da Comissão/CTI
PAULO CRISTÓVÃO	Juiz Auxiliar da Presidência/CNJ
CARL OLAV SMITH	Juiz Auxiliar da Presidência/CNJ
LÚCIO MELRE	Diretor de Tecnologia da Informação/CNJ
MARCELO MARRA	Assessor/CNJ

Presenças CSJT, CJF, TRF/5ª Região e Justiça estadual:

WILSON ALMEIDA BENEVIDES	Repres. Comitê Gestor do PJe/TJE
GISELA ÁVILA LUTZ	Repres. Justiça do Trabalho
FRANCISCO CAVALCANTI	Repres. TRF/5ª Região

Todos acompanhados de equipe de apoio, conforme lista de presença anexa.

QUESTÕES DISCUTIDAS E DELIBERADAS

Em continuidade aos trabalhos para a unificação das versões do PJe em todo o Poder Judiciário, o Grupo de Trabalho discutiu as propostas do **Plano de Unificação**, do **Plano Operacional** e **Plano de Governança**.

1) Plano de Unificação

a) em atenção ao Ofício CSTJ.GP.CPJE N.º 03/2014, o Grupo de Trabalho deliberou que:

- a.1) considerando que a unificação no âmbito da Justiça do Trabalho está em curso, foi decidido que o CNJ disponibilizará pelo menos um técnico para auxiliar a Justiça do Trabalho na unificação das versões

internas a fim de evitar futuras incompatibilidades com a versão nacional do PJe;

a.2) a Justiça do Trabalho ensejará esforços para ceder em meados de julho 3 (três) técnicos para atuarem na unificação da versão nacional do PJe. Até a efetiva disponibilização dos profissionais, os esforços serão empregados na solução dos problemas internos da Justiça do Trabalho;

a.3) supresso;

a.4) foi previsto para 6 (seis) meses o trabalho técnico (desenvolvimento) de unificação da versão nacional com a da Justiça do Trabalho, a ser realizado pela equipe do CNJ, com o auxílio de 3 técnicos a serem indicados pela Justiça do Trabalho, após concluída a unificação das versões do PJe-JT e estabilização do sistema na Justiça do Trabalho. Após, será desencadeado o procedimento de homologação e migração dos tribunais do trabalho;

a.5) a Justiça do Trabalho informou que liberará a base do 1.4.8.1 do TRT da 1a. Região para o CNJ utilizá-la com a versão 1.6.5, a fim de verificar o funcionamento preliminar do seu sistema;

b) com relação ao cronograma para unificação da Justiça Federal, definiu-se que as funcionalidades serão migradas até 18 de agosto de 2014;

c) deliberou-se que o CNJ desenvolverá e integrará à versão nacional, em 15 dias, as funcionalidades com pendências relatadas pela Justiça Federal (inspeção e correição, cadastro de condenação por improbidade administrativa, controle de processos com repercussão geral e recursos repetitivos, remessa ao STJ). Quanto ao módulo precatório e RPV, o CNJ adotará a funcionalidade desenvolvida pelo TRF5, integrando-a com a versão nacional;

d) Deliberou-se que o TRF5 iniciará estudo de viabilidade, inclusive contratual, de iniciar a migração dos dados, considerando a versão 1.6.5 nacional. Para isso, o CNJ enviará a documentação atualizada relacionada à estrutura de dados desta versão até o dia 6 de junho de 2014 e apoiará tecnicamente o TRF5 nessa análise e migração. Por fim, as migrações posteriores, a partir dessa versão, ficarão a cargo do CNJ.

e) o Juiz Paulo Cristóvão formalizará o plano de unificação com base na minuta enviada pela Justiça do Trabalho até dia 6 de junho de 2014, com prazo até 11 de junho de 2014 para reparos e consolidação com a parte encaminhada pela Justiça Federal;

f) decidiu-se que plano de unificação será assinado pelos Presidentes dos Comitês Gestores e pelo Presidente da Comissão de TI, publicando-o no site do CNJ.

2) Plano Operacional

a) deliberou-se que o Plano Operacional será assinado pelos Presidentes dos Comitês Gestores e o Presidente da Comissão de TI e consistirá em anexo ao Plano de Governança;

b) as propostas elaboradas pelo CNJ e pelo TRF5 não foram previamente analisadas pelos membros da Comissão. Diante disso, decidiu-se examinar o Plano de Governança em primeiro lugar.

3) Plano de Governança

a) o Grupo de Trabalho decidiu analisar a proposta-base em busca de uma redação comum, com as considerações de todos os membros;

b) o Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação/CNJ, Lúcio Melre da Silva, comprometeu-se a encaminhar o documento consolidado aos demais membros do Grupo de Trabalho, a fim de colher sugestões.

4) Planejamento 2015

Adiado.

Nada mais havendo a consignar, de ordem do Exmo. Srs. Membros da Comissão, lavro a presente ata.

Brasília (DF), 4 de junho de 2014.

Marcelo Macedo Marra - Assessor/CNJ